



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS VI
CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

Participação feminina na produção do conhecimento: avanços
e desafios

Maria Eduarda Morais Paes ¹
Thaís Gaspar Mendes da Silva ²
Maria Inez Barboza Marques ³

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões teóricas que problematizam a divisão sexual do trabalho, a participação feminina na ciência e avanços e desafios da participação de mulheres na produção do conhecimento. É parte constitutiva de uma pesquisa de iniciação científica em curso, que pretende analisar a participação de estudantes mulheres nos programas PIC/PIBIC e PITI/PIBITI de uma instituição pública estadual e identificar tendências de participação feminina nos últimos anos. Os resultados parciais indicam avanços na presença feminina na ciência, ainda marcados por desigualdades estruturais que dificultam a equidade de gênero nos espaços acadêmicos e científicos.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho; Mulheres na ciência; Produção do conhecimento; Equidade de gênero.

Abstract: This study presents theoretical reflections that problematize the sexual division of labor, women's participation in science, and the advances and challenges of women's participation in knowledge production. It constitutes part of an ongoing undergraduate research project that aims to analyze the participation of female students in the PIC/PIBIC and PITI/PIBITI programs at a public state university and to identify trends in women's participation in recent years. Partial results indicate progress in women's presence in science, although still marked by structural inequalities that hinder gender equity in academic and scientific spaces.

Keywords: Sexual division of labor; Women in science; Knowledge production; Gender equity.

1. INTRODUÇÃO

Neste momento, o presente artigo científico se propõe a trazer reflexões teóricas que problematizam a divisão sexual do trabalho, a participação feminina na ciência, avanços e

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí, estudante de Iniciação Científica da Unespar, bolsista da Fundação Araucária. Membro do Grupo de pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. E-mail: mariaeduardapaismorais@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária do Paraná, por meio de bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) concedida à estudante no ciclo 2025/2026.

² Docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí e orientadora PIBIC/Unespar. Membro do Grupo de pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. Doutora em Serviço Social. E-mail: thais.silva@unespar.edu.br.

³ Docente da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Apucarana e do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento (PPGSED), do *campus* de Campo Mourão. Coorientadora PIBIC/Unespar. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. Doutora em Serviço Social. E-mail: maria.marques@unespar.edu.br.



desafios da participação de mulheres na produção do conhecimento. A literatura da área evidencia que tais desigualdades não se explicam por fatores individuais, mas por processos históricos e sociais que estruturam a divisão sexual do trabalho e organizam hierarquicamente as relações de gênero no campo científico.

Por meio de revisão bibliográfica acerca da temática, constatou-se que a presença feminina na ciência perpassa por avanços importantes durante as últimas décadas, porém, ainda se evidencia as desigualdades estruturais que dificultam o alcance da equidade de gênero na ciência e no âmbito acadêmico. Nesse contexto, analisar a participação feminina nesses espaços, torna-se fundamental à luz de uma perspectiva que compreenda o gênero como uma construção social, como propõe Joan Scott (1995), e como uma categoria relacional que estrutura as relações de poder na sociedade (Hirata & Kergoat, 2007).

É nesse horizonte teórico que se situam as reflexões desenvolvidas neste artigo, as quais se constituem parte de uma pesquisa de iniciação científica em andamento, com fomento da Fundação Araucária do Paraná, que tem por objetivo geral analisar a participação de estudantes mulheres nos programas de Iniciação Científica (PIC/PIBIC) e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PITI/PIBITI) de uma instituição pública estadual do Paraná, identificando as tendências de participação feminina ao longo dos últimos anos, as áreas do conhecimento com maior e menor engajamento, bem como aspectos relacionados à inclusão e à equidade de gênero.

Como objetivos específicos, a pesquisa pretende: mapear a participação feminina nos programas de IC (PIC/PIBIC) e ITI (PITI/PIBITI), a partir de dados públicos disponíveis, a fim de avaliar a presença de estudantes mulheres ao longo dos últimos anos; identificar as áreas com maior e menor participação feminina, analisando como a distribuição de gênero varia entre diferentes campos de pesquisa, como Ciências Exatas, Biológicas e Humanas; e analisar as tendências de participação feminina, observando possíveis aumentos ou reduções na presença de mulheres nos programas da Unespar.

A pesquisa alinha-se à área de Tecnologias para a Qualidade de Vida, uma vez que busca promover a inclusão e a equidade de gênero nas ciências e na produção científica, contribuindo para a promoção da justiça social e para o acesso equitativo ao ambiente acadêmico e científico. Por meio da análise da participação de mulheres nos programas ofertados pela Unespar, pretende-se colaborar para a construção de um ambiente mais inclusivo.

2. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Para o aprofundamento da análise cabe conceituar gênero enquanto um termo utilizado para designar relações sociais entre os sexos, tratando-se de uma forma de referir-se a criação inteiramente social das ideias sobre papéis adequados a homens e mulheres, conforme Joan Scott (1995).



Segundo a autora Scott (1995), gênero é uma categoria social imposta sobre corpos sexuados e em sua formulação teórica organiza o conceito em duas proposições articuladas: primeiro, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e segundo, é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Nessa direção, o conceito de gênero não se limita à distinção entre masculino e feminino, mas estrutura a própria percepção e organização da vida social. Trata-se de uma categoria analítica que permite compreender como as diferenças são construídas, hierarquizadas e naturalizadas em distintos contextos históricos.

Não obstante, pode-se observar essa dinâmica nos mais variados âmbitos sociais, manifestando-se, por exemplo, no mundo do trabalho, por meio da divisão sexual do trabalho, que organiza funções, responsabilidades e espaços de atuação a partir de construções socialmente atribuídas a homens e mulheres.

A justificativa usada pelo sistema de dominação patriarcal para explicar a enorme diferença entre homens e mulheres se baseia na naturalização da desigualdade, utilizando termos biológicos para legitimar as construções sociais e práticas que diferenciam os gêneros. Ou seja, atribui à essência biológica, como parte da natureza, a construção do masculino e do feminino. Assim, é relevante citar Saffioti (2015), que afirma que "[...] gênero é a construção social do masculino e do feminino [...]" e que o patriarcado é uma categoria que "[...] não se limita apenas à família, mas permeia toda a sociedade" (Saffioti, 2015, p. 49). Portanto, é possível dizer que o gênero nomeia as relações sociais entre mulheres e homens.

Assim, torna-se evidente a importância de analisar a maneira pela qual os papéis de gênero são concebidos e internalizados em nossa sociedade, especialmente no que diz respeito à construção sociocultural do masculino e do feminino. Esta análise nos permite compreender como tais construções influenciam a vida das mulheres, tanto em seus ambientes domésticos quanto profissionais.

É notável também como esses papéis se solidificam através da divisão binária de gênero, delineando claramente expectativas distintas para cada sexo. Desde tenra idade, as meninas são direcionadas a adotar uma postura de feminilidade, recebendo instruções sobre como devem se comportar socialmente. Desde a infância, são encorajadas a adotar uma mentalidade sexista, sendo incentivadas a brincar com brinquedos que reforçam estereótipos de gênero, como bonecas e casinhas, o que contribui para o desenvolvimento de sua identidade feminina e de suas habilidades maternas.

3. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E CIÊNCIA

A divisão sexual do trabalho se encontra enraizada em uma base social sólida de opressão e desigualdade, permeada pelos preceitos do machismo e da misoginia. Torna-se



crucial pontuar que esse processo de exclusão das mulheres é histórico e desenvolveu-se ao longo do tempo e se adapta aos diferentes contextos históricos, embora mantenha princípios fundamentais, como a submissão feminina. Essa reflexão nos permite compreender a persistência dessa desigualdade no tempo presente e permite a compreensão da desigualdade no âmbito da ciência e tecnologia.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais entre sexos, dividida em dois princípios: existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e diante do princípio hierárquico, o trabalho de homens vale mais que o trabalho das mulheres, designando papéis da esfera produtiva para homens e reprodutiva para mulheres. Nesse sentido, cabe mencionar, o trabalho não remunerado executado por mulheres como uma expressão desse processo, trabalho ao qual não é reconhecido socialmente devido a atribuição dessas atividades voltadas ao cuidado como da natureza das mulheres.

Conforme analisa Hirata (2022), a relação histórica entre mulheres e trabalho deve ser compreendida à luz dos processos de organização produtiva que consolidaram a divisão sexual do trabalho. Com o taylorismo, em meados do século XX, a racionalização do trabalho apoiou-se em grande parte na incorporação da mão de obra feminina, mobilizando atributos socialmente construídos como “tipicamente femininos”, tais como docilidade, obediência, minúcia e destreza para tarefas mecânicas e repetitivas.

Essas características foram utilizadas para justificar a concentração de mulheres em funções fragmentadas e intensamente controladas pelo tempo, além de legitimar o pagamento de salários inferiores aos dos homens. É nessa direção, que segundo Marques (2015), às práticas sociais historicamente atribuídas às mulheres permanecem associadas ao trabalho doméstico e conjugal, reforçando uma imagem maternal e de cuidado.

Tais construções históricas de Hirata (2022) contribuíram para o aprofundamento da divisão sexual do trabalho, tanto no mercado laboral quanto no conjunto das relações sociais. No Brasil, já no início do século XX, observa-se a presença majoritária de mulheres em determinados ramos industriais, dentre eles nos setores de fiação, tecelagem, calçados, vestuário, alimentação e costura, no entanto, essa inserção feminina, como apontado concentrava-se em atividades consideradas extensões das habilidades atribuídas ao feminino, reforçando estereótipos de gênero.

Mesmo diante da expressiva participação de mulheres e crianças nas fábricas, os movimentos operários, em sua maioria liderados por homens reivindicavam o retorno das mulheres ao espaço doméstico e esse posicionamento reforçou as bases simbólicas e materiais da divisão sexual do trabalho, acentuando assimetrias e hierarquizações cujos efeitos persistem na contemporaneidade, expressos na desqualificação, desvalorização e inferiorização das mulheres no mundo do trabalho.

Conforme Federici (2017), a naturalização das obrigações atribuídas às mulheres é apenas uma estratégia encontrada pelo modo de produção capitalista para utilizar os serviços



"femininos", como o cuidado e a criação dos filhos, assim como os serviços domésticos em geral, sem oferecer remuneração ou reconhecimento adequado. Esse mesmo sistema promove desigualdades e hierarquias, criando divisões que separam os trabalhos entre feminino e masculino.

A disparidade de poder entre mulheres e homens, aliada à invisibilidade do trabalho não remunerado das mulheres sob o pretexto de uma suposta inferioridade natural, permitiu ao capitalismo ampliar enormemente "a parte não remunerada do dia de trabalho" e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino (Federici, 2017, p. 234). Para o autor, isso também conduziu a um deslocamento do conflito de classe para um conflito entre homens e mulheres. Assim, a acumulação primitiva foi, essencialmente, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que fragmentaram os trabalhadores entre si e, até mesmo, os alienaram de si mesmos (Federici, 2017).

Diante deste percurso histórico e teórico, se evidencia que a divisão sexual do trabalho não se restringe ao doméstico ou ao mercado de trabalho, mas constitui um princípio estruturante das relações sociais, que incide também sobre a organização da ciência e da produção do conhecimento. Essa naturalização das diferenças entre homens e mulheres, bem como a hierarquização entre atividades consideradas masculinas e femininas, se reproduz nos espaços acadêmicos por meio da segregação de áreas, da desvalorização de determinadas produções intelectuais e da distribuição desigual de oportunidades, reconhecimento e poder.

Nesse sentido, pode-se dizer que a ciência não é um campo dissociado das determinações sociais, ela se encontra atravessada por relações de gênero que influenciam trajetórias, escolhas profissionais e possibilidades de ascensão. Assim, a divisão sexual do trabalho, ao destinar historicamente às mulheres funções associadas ao cuidado, à docilidade e à reprodução social, contribui para limitar a inserção plena e equitativa da mulher nos espaços de prestígio científico.

Desse modo, compreender os fundamentos históricos e estruturais dessa divisão é condição indispensável para analisar criticamente a participação feminina na produção do conhecimento e para problematizar os desafios à construção de ambientes acadêmicos mais justos e inclusivos.

4. MULHERES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: AVANÇOS E DESAFIOS

Bandeira (2008, p. 208) evidencia que a produção do conhecimento científico vem sendo considerada, ao longo da história, como um domínio "reservado" aos homens. Essa constatação não significa que as mulheres foram excluídas totalmente do processo, mas que as resistências existentes à presença delas no campo científico são perceptíveis e ainda chamam atenção.

A mesma autora ressalta que as especificidades da crítica feminista à ciência, sua



centralidade, está voltada para a forma de organização do mundo social e natural, que é materializado nas relações sociais bem como nas relações cognitivas, éticas e políticas entre homens e mulheres. Assim também se expressam os significados dessas relações sociais no mundo simbólico (e da ciência).

Com relação aos fundamentos da crítica feminista, segundo Bandeira (2008), deve-se ter claro que esse pensamento teve origem como produto do pensamento universal. Veio para questionar as formas e as expressões das diferentes racionalidades científicas existentes e predominantes. Racionalidades essas portadoras de marcas cognitivas, éticas e políticas de seus criadores.

Assim, a crítica formulada estava relacionada ao potencial reflexivo que portava a racionalidade, pois, para as feministas, os(as) cientistas são demarcados(as) como portadores(as) de características de gênero, raça, classe e cultura.

Para a autora, foi a crítica feminista que trouxe à tona a consciência histórica reconstruída, dando visibilidade a um sistema de dominação masculino, contrário às mulheres que se colocavam como substrato à produção do conhecimento científico (Bandeira, 2008).

Assim, o desafio da crítica feminista foi, precisamente, o de contrapor-se aos hegemônicos eixos epistemológicos e conceituais – categorias, conceitos e métodos – para não reproduzir como espelho distorcido as próprias categorias do sistema de dominação científica que tomou como objeto da crítica. Para isso foi necessário propor e assumir conceitos provisórios e perseguir abordagens teóricas não definitivas, escapar da ordem simbólica dominante e pensar temporalidades múltiplas, uma vez que o conhecimento científico implica também em um sistema de dominação (Bandeira, 2008, p. 211).

Bandeira (2008) enfatiza que a história tem as marcas dos grandes filósofos e pensadores, e que as mulheres estiveram ausentes das discursivas históricas, científicas, filosóficas e culturais. De acordo com a autora, Francis Bacon e os outros fundadores da “Royal Society” não permitiam e impediam a presença de mulheres nas universidades. Eram admitidos apenas pensadores e cientistas homens.

Ao trazer o diálogo para o âmbito acadêmico e da produção de conhecimento, pode-se dizer que a partir da década de 1980, a ampliação da presença feminina na área de ciência passou a ocupar lugar de destaque nos debates internacionais. Os autores Carmo e Espindola (2023), citam que foram especialmente relevantes para o debate as iniciativas promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o Plano Decenal de Ação e as Conferências Mundiais sobre a Mulher realizadas em Nairóbi (1985) e em Pequim (1995).

Esses autores Carmo e Espindola (2023) ao citarem Carvalho (2011), nos apresenta que entre os séculos XVI e XVII, constituiu-se como um espaço quase exclusivamente masculino, onde a ciência moderna foi estruturada sob normas e códigos androcêntricos e patriarcais, que elegeram como valores centrais a racionalidade e a objetividade, atributos historicamente associados ao masculino e colocados em oposição às qualidades socialmente atribuídas às mulheres.



Ressaltam que, mesmo após a consolidação da Revolução Industrial no final do século XIX, as mulheres permaneceram à margem das descobertas tecnológicas responsáveis pelo aumento da produtividade e pelo acúmulo de riquezas no capitalismo emergente. Quando inseridas nas indústrias, ocupavam majoritariamente posições operárias, restritas ao manejo de máquinas, sem participação nos processos de criação ou desenvolvimento tecnológico. Além disso, os saberes produzidos por elas na esfera doméstica não eram reconhecidos como conhecimento científico, pois não se alinhavam à lógica produtivista do capital, tais conhecimentos foram sistematicamente desvalorizados (Carmo e Espindola, 2023).

Esse processo contribuiu para a consolidação da hegemonia masculina na ciência e tecnologia e na sociedade ocidental, como já apontado anteriormente, a construção social de gênero operou de forma binária e dicotômica: ao feminino associaram-se padrões de delicadeza, afetividade e um saber tácito vinculado à esfera privada; ao masculino, atribuíram-se características como força, agressividade, racionalidade e objetividade, consideradas compatíveis com a produção tecnológica e com a atuação na esfera pública.

Embora essas representações tenham estruturado historicamente o campo científico, observa-se, nas últimas décadas, uma ampliação da participação feminina nas universidades e nos centros de pesquisa. Contudo, essa inserção não tem sido acompanhada por uma redistribuição equitativa das responsabilidades domésticas, o que evidencia a permanência de desigualdades de gênero que atravessam, simultaneamente, as esferas pública e privada.

Os dados apresentados pelo CNPq (2021) e IBGE (2022), demonstram que embora tenha ocorrido o aumento da participação feminina na graduação e pós graduação, o número de participação feminina em áreas como: engenharia, física, computação e outros campos da tecnologia, ainda se mostra desigual.

Na mesma direção, em um estudo redigido por Silveira (2019) sobre “A divisão do saber a partir da pesquisa sobre o gênero dos(as) discentes da Unespar/campus de Paranaíba”, evidencia-se que a maior participação de mulheres se dá em cursos atrelados ao cuidado e ensino, sendo a maioria nos cursos de Enfermagem, Pedagogia e Serviço Social, ressalta-se que estas áreas são menos valorizadas economicamente e socialmente.

Ainda, no âmbito da produção científica, segundo Cunha, Dimenstein e Dantas (2007) a proporção de mulheres bolsistas é mais alta em áreas profissionais historicamente voltadas ao cuidado e afazeres domésticos, em contraste a concentração da participação de homens em disciplinas ligadas a econômica, política e ciências da natureza, ressaltando assim a desigualdade de gênero neste âmbito. Ademais, a participação de mulheres na ciência ainda perpassa por diferenças significativas, é possível visualizar esta desigualdade através da distribuição de bolsas a âmbito nacional, constatando-se que as mulheres ainda são minoria. Do Número total de bolsas 12.917 bolsas, 8.316 (64,4%) são ocupadas por homens, e apenas 4.601 (35,6%) constituída por mulheres.

Apesar do avanço relacionado à participação feminina no âmbito acadêmico, ainda é



possível visualizar desafios acerca da permanência desses estudantes, devido à múltipla jornada de trabalho, a qual acentua o grau de dificuldade para a conclusão do curso, uma vez que se atribui à mulher todo o trabalho doméstico e de manutenção do cuidado. Essa realidade torna-se ainda mais incisiva para mulheres que vivenciam a maternidade, e precisam de uma rede de apoio para dar continuidade aos estudos, porém nem todas as mulheres que vivenciam a maternidade tem acesso a suporte familiar, como no caso de famílias monoparentais (mãe solo), pode se visualizar esta realidade na seguinte citação:

No Brasil, cerca de 65,5% dos estudantes que têm filhos dependem do suporte familiar, onde apenas 5,2% destes contam com apoio institucional de suas respectivas universidades. Além disso, os arranjos monoparentais femininos (mãe solo), representam cerca de 15,3% das formações domiciliares, requerendo uma rede de apoio mais efetiva (Parent in Science, 2021) (Silva, 2024, p.7).

Não obstante, esta realidade é evidenciada a partir do relato da pesquisadora Ana Takakura (2021), cita a maternidade enquanto um dos maiores desafios, enfrentados durante sua trajetória acadêmica:

Um dos maiores desafios da pesquisa acadêmica, para mim, está na maternidade. A Luísa nasceu no final do meu doutorado e eu tive vontade de parar. Acho que um dos grandes incentivos para a participação da mulher na ciência é um meio familiar propício. Hoje em dia, eu também tenho buscado a participação de meninas no meu laboratório. Mais de 80% dos alunos que estão sob minha supervisão são meninas e mulheres (Takakura, 2021, apud Said, 2021).

Outro ponto relevante a se destacar é que a legislação brasileira também reforça a centralidade feminina no cuidado com os filhos, especialmente em razão da expressiva desproporção entre os períodos de licença-maternidade e licença-paternidade. Tal assimetria normativa pressupõe e, ao mesmo tempo, perpetua a reduzida participação masculina nas responsabilidades parentais, reafirmando a associação histórica entre mulher e cuidado.

No âmbito educacional, entretanto, observa-se um movimento de ampliação da presença feminina. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgados no Censo da Educação Superior em 2025, o Brasil alcançou a marca de 10 milhões de estudantes no ensino superior em 2023. As mulheres representavam 59,1% (5,9 milhões) das cerca de 10 milhões de matrículas nesse nível de ensino do total de matrículas nos cursos de graduação no país. Na década 2013-2023, o percentual de mulheres matriculadas na educação superior aumentou 138,6% (de 4,2 milhões para cerca de 10 milhões). Para além das alunas, o Censo da Educação Superior 2023 registrou 157.680 professoras, o equivalente a 47,6% do corpo docente desse nível educacional, que conta com 331.326 profissionais ao todo (INEP, 2025).

No campo da pesquisa científica, dados divulgados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2023, indicam a ampliação da participação feminina nas atividades científicas e tecnológicas no âmbito dos Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa. No ano 2000, registravam-se 27.394 pesquisadores do sexo masculino e 21.252 do sexo feminino, correspondendo a 56% e 44% do



total, respectivamente (Chiarini, Rapini e Santos, 2024).

Nos anos subsequentes, observou-se crescimento expressivo em ambos os grupos, com destaque para o aumento proporcionalmente mais acentuado do número de pesquisadoras. Em 2010, verificou-se um ponto de inflexão na representação de gênero, quando o quantitativo de mulheres (63.956) praticamente alcançou o de homens (64.712), sinalizando mudança significativa na configuração da comunidade científica (Chiarini, Rapini e Santos, 2024).

A tendência de aproximação manteve-se nos anos seguintes. Em 2014, registrou-se quase paridade entre os sexos, com 90.125 pesquisadores e 90.067 pesquisadoras. Em 2016, ocorreu a superação numérica feminina, com 100.514 mulheres e 99.014 homens. Por fim, em 2023, contabilizaram-se 118.358 pesquisadores do sexo masculino e 129.090 do sexo feminino, correspondendo a 48% e 52% do total, respectivamente, consolidando a maioria feminina no conjunto de pesquisadores cadastrados (Chiarini, Rapini e Santos, 2024).

Diante dos dados apresentados, evidencia-se que a presença das mulheres na produção do conhecimento científico expressa, simultaneamente, avanços significativos, mas também a luz do referencial teórico, observamos limites estruturais persistentes. O crescimento da participação feminina no ensino superior, na docência e nos grupos de pesquisa, conforme demonstram dados do INEP e do CNPq indicam uma reconfiguração importante do campo acadêmico brasileiro, inclusive com a consolidação recente da maioria feminina entre pesquisadores cadastrados. Entretanto, quando recorremos à concepção de gênero como categoria de análise proposta por Joan Scott (1995), esses dados não podem ser interpretados apenas como indicadores de inclusão numérica. Se gênero constitui uma forma primária de significar relações de poder, então as desigualdades observadas decorrentes da divisão sexual do trabalho revelam que o campo científico permanece atravessado por hierarquizações historicamente construídas.

A concentração de mulheres em áreas associadas ao cuidado, a sub-representação em campos estratégicos das ciências exatas e tecnológicas e os impactos da maternidade nas trajetórias acadêmicas evidenciam que as estruturas institucionais ainda operam sob lógicas que naturalizam papéis de gênero. Desse modo, mesmo diante da ampliação do acesso, a permanência e a ascensão das mulheres na ciência continuam condicionadas por assimetrias que extrapolam o espaço universitário e se enraízam na organização social mais ampla.

Nesse sentido, discutir a participação de mulheres na produção do conhecimento implica reconhecer que os avanços quantitativos não eliminam as desigualdades qualitativas e que a democratização da ciência exige não apenas ampliar a presença feminina, mas tensionar as bases simbólicas, institucionais e políticas que estruturam o campo científico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica, observa-se a importância de abordar esta temática,



mesmo diante dos avanços acerca da participação feminina em cursos de graduação e pós-graduação, vê-se que ainda há empecilhos para a equidade de gênero no ambiente acadêmico. Além disso, ressalta-se que os papéis de gênero socialmente atribuídos a mulheres, se reproduzem neste âmbito, demonstrados na desigual proporção de participação feminina em cursos da área da tecnologia e engenharias se comparado a cursos direcionados ao ensino e cuidado.

Ainda que os dados revelam progressos importantes na inserção e consolidação das mulheres na ciência brasileira, persistem desafios relacionados à desigualdade de gênero, especialmente quando consideradas as sobrecargas decorrentes da divisão sexual do trabalho. É em razão disso, que se mostra indispensável a abordagem desta temática, uma vez que os papéis de gênero socialmente impostos se manifestam no ambiente acadêmico, tornando-se empecilhos para o processo de formação destas profissionais e consequentemente influenciando na participação feminina na ciência.

Compreender os reflexos da desigualdade de gênero no âmbito acadêmico, mostra-se de suma importância, uma vez que, instituições de ensino tem a função de socializar conhecimentos para com a sociedade, a fim de qualificar profissionais. Ao observar esta incongruência, se vê a necessidade de repensar como vem sendo estruturada a participação de mulheres no âmbito do ensino e da produção científica, para que desta forma, o ambiente acadêmico se consolide como espaço de promoção de equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Janeiro-abril, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000100020&script=sciarttext>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CARMO, Jefferson Carriello do; ESPINDOLA, Helena Setsuko Del Mastro. Divisão sexual do trabalho e sua relação com a ciência, tecnologia e educação. **Série Estudos**, Campo Grande, v. 28, n. 63, p. 223-242, maio 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822023000200223&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 fev. 2026.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Série histórica: distribuição de bolsas por sexo e área de conhecimento**. Brasília: CNPq, 2021. Disponível em: <http://portal-adm.cnpq.br/web/guest/apresentacao1>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CHIARINI, Tulio; RAPINI, Márcia Siqueira; SANTOS, Emerson Gomes dos. **Revelando tendências: análise dos resultados do censo dos grupos de pesquisa de 2023**. Brasília, DF: Ipea, ago. 2024. (Diset: Nota Técnica, 136). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=a17d6f12-bab9-4368-9136-0b71076e7728>. Acesso em: 17 fev. 2026.

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Candida. Desigualdades de gênero por área do conhecimento na ciência brasileira: um panorama das bolsistas PQ/CNPq. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. esp. 4, p. 156-170, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/X4B8B69D9cPFhXQbZDQSD6c>. Acesso em: 10 abr. 2025.



FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017. Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2023/05/Silvia-Federici-Caliba-e-a-bruxa-Mulheres-corpo-e-acumulacao-primitiva.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 595–609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2025.

INEP. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2024: resultados**. Brasília: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-divulga-resultado-do-censo-superior-2024>. Acesso em 17. fev. 2026.

MARQUES, Maria Inez Barboza. **Divisão sexual do trabalho e suas expressões: reflexos a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC SP. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/17742/1/Maria%20Inez%20Barboza%20Marques.pdf>. Acesso em 30 out. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2º ed. São Paulo: Editora expressão popular, 2015.

SAID, Tabita. Pesquisadoras revelam os desafios das mulheres para fazer ciência. **Jornal da USP**, São Paulo, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/pesquisadoras-revelam-os-desafios-das-mulheres-para-fazer-ciencia/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SILVA, Jaidgia Raissa Felix Da. **Desigualdade no acesso e permanência no ensino superior: Um estudo com mulheres e não mães**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicopedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34936>. Acesso em 27 jan. 2026.

SILVEIRA, Livia Maria; MARQUES, Maria Inez Barboza. **A divisão do saber a partir da pesquisa sobre o gênero dos(as) discentes da Unespar/campus de Paranavaí**. 2019. Caderno de Resumos EAIC. Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranavaí, 2019. Disponível em: <https://prppg.unespar.edu.br/menu-de-apoio/cadernos-de-dados/caderno-de-resumos/caderno-de-resumo-eaic-2019.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2026.